

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2022

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Brasília – DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (“ABGF” ou “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. em 30 de junho de 2022, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de agosto de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2022



abgf

**Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.**

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)	7
NOTAS EXPLICATIVAS	8
1 Informações Gerais.....	8
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias	8
3 Práticas Contábeis	10
4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	14
5 Caixa e equivalentes de caixa	14
6 Títulos e Créditos a Receber.....	14
7 Tributos a recuperar / compensar	15
8 Outros créditos e Outros Valores e Bens.....	16
9 Despesas Antecipadas.....	16
10 Investimentos em Fundos Garantidores	16
11 Ativos Imobilizado e Intangível.....	17
12 Obrigações a Pagar.....	19
13 Impostos e Encargos Sociais a Recolher	19
14 Encargos Trabalhistas.....	19
15 Impostos e Contribuições	19
16 Patrimônio Líquido	20
17 Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias	22
18 Custos dos Serviços Prestados	22
19 Despesas Administrativas por Natureza.....	22
20 Despesas com Pessoal por Natureza.....	23
21 Partes relacionadas	24
22 Despesas Tributárias	25
23 Resultado Financeiro Líquido	25
24 Compromissos, Responsabilidades e Contingências	Erro! Indicador não definido.
25 Eventos Subsequentes	Erro! Indicador não definido.

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		319.513.311	313.229.043
Disponível	5	307.817.924	306.257.273
Caixa e Bancos		1.817	2.639
Equivalentes de Caixa - Investimentos		307.816.107	306.254.634
Títulos e Créditos a Receber		11.375.436	6.786.393
Títulos e Créditos a Receber	6	1.958.028	1.469.885
Tributos a Recuperar/Compensar	7	9.109.885	5.316.508
Outros Créditos	8.a	307.523	-
Outros Valores e Bens		-	28.723
Outros Valores	8.b	-	28.723
Despesas Antecipadas	9	319.951	156.654
ATIVO NÃO CIRCULANTE		780.488	1.041.438
Investimentos		84.016	78.905
Investimentos em cotas de fundos garantidores	10	84.016	78.905
Imobilizado	11.1	648.837	898.688
Bens Móveis		347.737	480.389
Outras Imobilizações		301.100	418.299
Intangível	11.2	47.635	63.845
Outros Intangíveis		47.635	63.845
TOTAL DO ATIVO		320.293.799	314.270.481
PASSIVO CIRCULANTE		6.930.127	4.323.085
Contas a Pagar		6.930.127	4.323.085
Obrigações a Pagar	12	376.260	2.739.739
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	13	671.619	460.656
Encargos Trabalhistas	14	1.373.514	927.945
Impostos e Contribuições	15	4.508.734	194.745
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		363.371	324.922
CONTAS A PAGAR		363.371	324.922
Tributos Diferidos	15	11.154	9.417
Passivos Contingentes	24	352.217	315.505
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	313.000.301	309.622.474
Capital Social		237.370.917	237.370.917
Reserva Legal		5.489.504	5.489.504
Reserva Especial de Lucros		-	7.776.903
Reserva Estatutária		58.966.871	58.966.871
Lucros Acumulados		11.151.356	-
Outros Resultados Abrangentes	16.c	21.653	18.279
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		320.293.799	314.270.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	Semestre findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	17	9.012.855	8.744.260	4.495.887	4.353.764
Receitas de Prestação de Serviços		10.510.618	10.197.388	5.243.017	5.077.276
(-) Deduções de Receita de Serviços		(1.497.763)	(1.453.128)	(747.130)	(723.512)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	18	(6.464.303)	(5.459.561)	(3.734.511)	(2.843.057)
Outros Custos Administrativos		(1.048.311)	(666.206)	(685.069)	(399.513)
Pessoal		(5.415.992)	(4.793.355)	(3.049.442)	(2.443.544)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS		2.548.552	3.284.699	761.376	1.510.707
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(1.770.856)	(1.924.115)	(862.980)	(1.184.279)
Despesas Administrativas	19	(407.944)	(684.492)	(184.553)	(462.108)
Despesas com Pessoal	20	(1.362.912)	(1.239.623)	(678.427)	(722.171)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	22	(763.924)	(203.597)	(429.962)	(138.349)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	23	15.410.594	3.654.437	8.480.024	2.276.853
RECEITAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras		15.764.667	3.701.898	8.582.692	2.298.725
DESPESAS FINANCEIRAS					
Despesas financeiras		(354.073)	(47.461)	(102.668)	(21.872)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		15.424.366	4.811.424	7.948.458	2.464.932
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		15.424.366	4.811.424	7.948.458	2.464.932
(-) IMPOSTO DE RENDA	15	(3.094.262)	(982.330)	(1.594.530)	(503.256)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(1.178.748)	(367.950)	(607.430)	(188.504)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		11.151.356	3.461.144	5.746.498	1.773.172
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000	50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		223,0	69,2	114,9	35,5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	NE	Semestre findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro Líquido do Período		11.151.356	3.461.144	5.746.498	1.773.172
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Cotas de Fundos Garantidores	16.d	3.374	536	1.438	662
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		11.154.730	3.461.680	5.747.936	1.773.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	NE	Capital Social	Reservas			Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Especial	Estatutária			
Saldo final em 31/12/2020		237.370.917	4.943.757	3.887.929	58.966.871	16.163	-	305.185.637
Lucro Líquido do 1º semestre de 2021	(16.b)	-	-	-	-	-	3.461.144	3.461.144
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								-
Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo				(3.887.929)			-	(3.887.929)
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	(16.d)	-	-	-	-	536	-	536
Saldo Final em 30/06/2021		237.370.917	4.943.757	-	58.966.871	16.699	3.461.144	304.759.388
Lucro Líquido do 2º semestre de 2021		-	-	-	-	-	7.453.807	7.453.807
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Constituição de Reserva Legal		-	545.747	-	-	-	(545.747)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(2.592.301)	(2.592.301)
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo				7.776.903			(7.776.903)	
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	1.580	-	1.580
Saldo Final em 31/12/2021		237.370.917	5.489.504	7.776.903	58.966.871	18.279	-	309.622.474
Lucro Líquido do Período	16.b	-	-	-	-	-	11.151.356	11.151.356
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo				(7.776.903)			-	(7.776.903)
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	16.d	-	-	-	-	3.374	-	3.374
Saldo Final em 30/06/2022		237.370.917	5.489.504	-	58.966.871	21.653	11.151.356	313.000.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

	NE	30/06/2022	30/06/2021
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>			
Lucro do Período	16.b	11.151.356	3.461.144
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		354.073	47.433
Depreciação/Amortização/Ajuste ao Valor Recuperável	11	266.061	270.933
Resultado ajustado		11.771.490	3.779.510
Variações nos Ativos			
Redução de clientes		(488.142)	(297.741)
Aumento/(Redução) de tributos a Recuperar		(3.793.377)	320.878
Redução de outros Créditos		(442.097)	(207.454)
Variações nos Passivos			
Aumento de Obrigações a Pagar		228.821	6.886
Aumento/(Redução) de Impostos e Encargos Sociais a Recolher		210.963	(14.444)
Aumento de Encargos Trabalhistas		445.569	216.676
Aumento de Impostos e Contribuições		4.313.989	1.381.939
Aumento de Passivos Contingentes		36.712	173.142
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.283.928	5.359.392
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</u>			
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(3.755)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-	(3.755)
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</u>			
Dividendos/JCP pagos no exercício	-	(10.723.277)	(5.231.338)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(10.723.277)	(5.231.338)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.560.651	124.299
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		306.257.273	296.486.565
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		307.817.924	296.610.864
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.560.651	124.299
<u>Movimentações que não afetam caixa:</u>			
Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido			
Passivo		1.738	276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS**1 Informações Gerais**

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma Companhia de capital fechado de direito privado, pública, que atua na forma do art. 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito em operações de crédito à exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), com vigência até abril de 2023.

1.1 Continuidade Operacional

Diante da indefinição do modelo de desestatização da Companhia, existe a possibilidade de redução dos serviços atualmente prestados, podendo comprometer suas receitas operacionais e consequentemente seu equilíbrio econômico-financeiro, entretanto, sem comprometer sua continuidade operacional no curto prazo, em decorrência da existência do expressivo volume de aplicações financeiras.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstração intermediária, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC TG 21 (R4) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Resolução CVM nº 102, de 20 de maio de 2022.

A emissão destas Demonstrações Contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 25 de agosto de 2022.

2.1 Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional, a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

2.3 Normas e Interpretações Novas e Revisadas

NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), aprovou o CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O pronunciamento alterou de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

O CPC 06 (R2) foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, Resolução CVM nº 095, de 20 de maio de 2022, e pela NBC TG 06 (R3) do CFC.

Informamos a seguir os efeitos da aplicação da norma no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021, respectivamente, conforme a seguir:

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(Valores expressos em reais)						
	30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 Ajustado	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 Ajustado
ATIVO CIRCULANTE	319.513.311	-	319.513.311	313.229.043	-	313.229.043
Disponível	307.817.924	-	307.817.924	306.257.273	-	306.257.273
Títulos e Créditos a Receber	11.375.436	-	11.375.436	6.786.393	-	6.786.393
Outros Valores e Bens	-	-	-	28.723	-	28.723
Despesas Antecipadas	319.951	-	319.951	156.654	-	156.654
ATIVO NÃO CIRCULANTE	780.488	1.360.040	2.140.528	1.041.438	1.761.550	2.802.988
Arrendamentos	-	1.360.040	1.360.040	-	1.761.550	1.761.550
Parcela Depreciável	-	2.145.749	2.145.749	-	2.274.322	2.274.322
Custos de Instalação	-	1.171.960	1.171.960	-	1.171.960	1.171.960
Desmobilização	-	585.980	585.980	-	585.980	585.980
Multa Contratual	-	30.435	30.435	-	46.616	46.616
(-) Depreciação Acumulada	-	(2.574.085)	(2.574.085)	-	(2.317.328)	(2.317.328)
Investimentos	84.016	-	84.016	78.905	-	78.905
Imobilizado	648.837	-	648.837	898.688	-	898.688
Intangível	47.635	-	47.635	63.845	-	63.845
TOTAL DO ATIVO	320.293.799	1.360.040	321.653.839	314.270.481	1.761.550	316.032.031
PASSIVO CIRCULANTE	6.930.127	-	6.930.127	4.323.085	-	4.323.085
Contas a Pagar	6.930.127	-	6.930.127	4.323.085	-	4.323.085
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	363.371	1.225.109	1.588.480	324.922	1.564.912	1.889.834
CONTAS A PAGAR	363.371	-	363.371	324.922	-	324.922
Obrigações por Contrato de Leasing	-	1.225.109	1.225.109	-	1.564.912	1.564.912
Principal	-	574.563	574.563	-	862.329	862.329
Juros a apropriar	-	34.131	34.131	-	69.987	69.987
Provisão para desmobilização	-	585.980	585.980	-	585.980	585.980
Multa Contratual	-	30.435	30.435	-	46.616	46.616
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	313.000.301	134.930	313.135.231	309.622.474	196.638	309.819.112
Capital Social	237.370.917	-	237.370.917	237.370.917	-	237.370.917
Reserva Legal	5.489.504	-	5.489.504	5.489.504	-	5.489.504
Reserva Especial de Lucros	-	-	-	7.776.903	-	7.776.903
Reserva Estatutária	58.966.871	-	58.966.871	58.966.871	-	58.966.871
Lucros/Prejuízos Acumulados	11.151.356	-	11.151.356	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	21.653	134.930	156.583	18.279	196.638	214.917
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	320.293.799	1.360.040	321.653.839	314.270.481	1.761.550	316.032.031

3 Práticas Contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3 Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4 Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.6 Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

A ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo.

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é apurado com base em balancetes mensais de suspensão ou redução, utilizando-se a base de cálculo do Lucro Real antes da compensação e prejuízos fiscal, quando houver, ajustados pelas adições e exclusões. Assim, para determinação do lucro real e respectivos tributos diretos efetivos (Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017).

Na ocorrência de resultado tributável, os valores retidos por nossos clientes são compensados até o limite do saldo retido de cada tributo isoladamente e, o que exceder, é compensado com créditos tributários de uma mesma autoridade tributária em exercícios subsequentes.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os itens 71 a 76 da NBC TG 32 (R4) tratam da compensação de saldos entre ativos e passivos fiscais, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial da Companhia. Devem ser compensados os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes quando existir o direito legal de compensação e houver a pretensão da empresa em liquidar os saldos simultaneamente.

3.8 Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

3.9 Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

3.9.1 Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a

fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

3.9.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado e nossos contratos de garantia financeira, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido, deduzido do valor da receita com os prêmios recebidos antecipadamente.

3.10 Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

3.11 Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do Patrimônio Líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração. A partir de 2019 a Assembleia Geral de Acionistas deliberou pela distribuição integral dos resultados sob a forma de dividendos.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Caixa e Bancos	(i)	1.817	2.639	-31,1%
Aplicações Financeiras	(ii)	307.816.107	306.254.634	0,5%
		307.817.924	306.257.273	0,5%

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), de acordo com norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo. Esse Fundo tem liquidez imediata, não necessitando de agendamento para realizar resgates.

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOÁ FIC FI CURTO PRAZO com posição em 30/06/2022.

(valor em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	18.670.369	307.820
Total do Ativo		307.820
Valores a Pagar		4
Patrimônio Líquido		307.816
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		307.820

6 Títulos e Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e por outorga legal ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

		30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Partes Relacionadas:				
SE-CAMEX/ME (FGE)	(i)	1.055.970	974.161	8,4%
FESR	(ii)	393.661	427.525	-7,9%
FGIE	(iii)	508.397	68.199	645,5%
		1.958.028	1.469.885	33,2%

- (i) Valor a receber da SE-CAMEX/ME, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior. O aumento é decorrente da renovação do contrato pelos serviços prestados à SE-CAMEX/ME, com reequilíbrio dos custos em relação aos serviços prestados;
- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no mês de encerramento do respectivo período analisado. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017. A variação negativa de 7,9% decorre do registro da diferença de remuneração à administradora em virtude do recálculo da média dos prêmios emitidos;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos. O aumento de 645,5% é decorrente de pendência de deliberação da Assembleia de Cotistas sobre a proposta de orçamento para pagamento dos serviços prestados no exercício de 2022.

7 Tributos a recuperar/compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
CSRF retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	16.945	16.384	3,4%
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	81.335	78.645	3,4%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	98.107	166.504	-41,1%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	2.018.490	4.995.172	-59,6%
IRPJ e CSLL pagos antecipadamente	(iii)	6.833.159	-	100,0%
Outros tributos e contribuições a Recuperar	(iv)	61.849	59.803	3,4%
Total dos Tributos a Recuperar		9.109.885	5.316.508	71,4%

- (i) O saldo das rubricas CSRF/IRRF refere-se às retenções efetuadas pela apropriação das Notas Fiscais emitidas em junho/2022, e que ainda não foram pagas para a ABGF pela SE-CAMEX/ME e o FESR;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL é o resultado do excedente dos recolhimentos antecipados e as retenções na fonte, apurado pelo Lucro Real e com o livro de apuração da Contribuição Social sobre o lucro do exercício anterior. O art. 161-A da instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB, que ocorre em 31 de julho do ano subsequente. A redução do saldo negativo IRPJ/CSLL, é decorrente das compensações efetuadas no primeiro semestre de 2022;
- (iii) O valor refere-se ao pagamento mensal do IRPJ e CSLL antecipados com base em balancetes de redução, os quais serão ajustados ao final do exercício na apuração do lucro real;
- (iv) Outros tributos a recuperar referem-se ao PIS e COFINS retidos na fonte sobre os serviços prestados.

8 Outros créditos e Outros Valores e Bens

(a) Outros créditos

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes (i)	307.523	-	100,0%
	307.523	-	100,0%

- (i) Refere-se ao adiantamento do décimo terceiro salário ocorrido no mês de maio/2022, cujo valor será baixado na ocasião do pagamento da segunda parcela em dezembro/2022.

(b) Outros Valores e Bens

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Estoque de Material de Expediente	-	28.723	-100,0%
	-	28.723	-100,0%

A partir do ano de 2022, a Companhia passou a reconhecer as compras de material de expediente e escritório em conta de resultado, não mais registrando em conta de estoque.

9 Despesas Antecipadas

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
IPTU	28.533,00	-	100,0%
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente	291.418,00	156.654	86,0%
	319.951	156.654	104,2%

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU, licença de softwares e seguros.

10 Investimentos em Fundos Garantidores

A ABGF mantém participação estatutária de 0,01% do PL do FGIE (art. 4º do Estatuto do Fundo). As cotas dos fundos garantidores são avaliadas pelo seu valor patrimonial, que é o valor justo.

(a) Informação dos investimentos da ABGF e respectiva participação

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	786.671.661	51.095.501	837.767.162	0,010029%	84.016
					84.016

(i) Informações do Patrimônio Líquido total do mês de junho/2022.

(b) Quantidade de cotas dos fundos garantidores e participação da ABGF

	Qtde. total de cotas dos fundos	Participação (%) da ABGF em Cotas	Qtde. de cotas da ABGF	valor unitário da cota	Participação (R\$) da ABGF
FGIE	102.105	0,0100285%	10,239654	8.204,96477	84.016
Total de investimento em cotas dos Fundos Garantidores					84.016

(c) Movimentação da participação

Investimento	2021	Aportes em 2022	Valorização/Desvalorização	2022
FGIE	78.905	-	5.111	84.016
	78.905	-	5.111	84.016

(d) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Em conformidade com a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, os rendimentos auferidos pelos fundos garantidores não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pelos cotistas quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução do fundo.

Investimento	Ajustes Acum. 2022	Tributos - IRPJ e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	32.807	11.154	21.653
	32.807	11.154	21.653

11 Ativos Imobilizado e Intangível

11.1 Ativo Imobilizado

(a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/06/2022	31/12/2021
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(186.435)	169.837	187.137
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	179.722	(165.820)	13.902	18.674
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.784.478	(1.633.705)	150.773	259.602
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(870.860)	301.100	418.298
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(34.255)	13.225	14.977
		3.539.912	(2.891.075)	648.837	898.688

(b) Movimentação do Custo

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2022
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	-	-	-	179.722

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	-	-	-	1.784.478
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	3.539.912	-	-	-	3.539.912

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2022
Mobiliário em Geral	169.135	17.300	-	-	186.435
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	161.048	4.772	-	-	165.820
Equipamentos de Informática e Software	1.524.876	108.828	-	-	1.633.704
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	753.662	117.198	-	-	870.860
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	32.503	1.752	-	-	34.255
	2.641.224	249.850	-	-	2.891.074

11.2 Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares de uso pela ABGF.

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30/06/2022	31/12/2021
Software	20%	341.200	(293.565)	47.635	63.845
		341.200	(293.565)	47.635	63.845

(b) Movimentação do custo

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2022
Software	341.200	-	-	-	341.200
	341.200	-	-	-	341.200

(c) Movimentação da amortização Acumulada

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2022
Software	277.355	16.210	-	-	293.565
	277.355	16.210	-	-	293.565

12 Obrigações a Pagar

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Telefone, Energia e Internet	11.553	16.225	-28,8%
Aluguéis e Condomínios	46.823	49.069	-4,6%
Salários a Pagar	38.475	38.684	-0,5%
Serviços terceirizados	22.767	19.088	19,3%
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (i)	-	2.592.301	-100,0%
Outros Fornecedores	256.642	24.372	953,0%
	376.260	2.739.739	-86,3%

- (i) Em maio/2022, a ABGF distribuiu à União os juros sobre capital próprio (JCP) imputados aos dividendos obrigatórios e dividendos adicionais do exercício de 2021. A Companhia não faz apuração periódica da remuneração ao acionista.

13 Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Previdência Social de Funcionários	190.880	167.652	13,9%
FGTS a Recolher	52.139	65.447	-20,3%
IRRF sobre a Folha a Recolher	135.844	215.141	-36,9%
Contribuição Social a Recolher	247.842	-	100,0%
Impostos Retidos de Fornecedores	44.914	12.416	261,7%
	671.619	460.656	45,8%

14 Encargos Trabalhistas

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Provisão para Férias	763.795	708.595	7,8%
Provisão para 13º Salário	285.134	-	100,0%
Encargos Sociais sobre Provisões	324.585	219.350	48,0%
Encargos trabalhistas	1.373.514	927.945	48,0%

15 Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia. Os impostos e contribuições diferidos referem-se aos impostos (IRPJ e CSLL) incidentes sobre a variação das cotas mantidas no FGIE.

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Provisão Imposto de Renda (i)	3.094.262	-	100,0%
Provisão Contribuição Social (i)	1.178.748	-	100,0%
Cofins a Recolher	191.564	161.152	18,9%
Pis a Recolher	35.051	30.183	16,1%
Outros Impostos e Taxas	9.109	3.410	167,1%
Impostos e Contribuições - Curto Prazo	4.508.734	194.745	2215,2%
Provisão Imposto de Renda Diferida	8.202	6.924	18,5%
Provisão Contribuição Social Diferida	2.952	2.493	18,4%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Impostos e Contribuições - Longo Prazo			
	(ii)	11.154	9.417
			18,4%
Total de Tributos		4.519.888	204.162
			2113,9%

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do 1º semestre de 2022 foi calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo, conforme NBC TG 21 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Para o período reportado, a alíquota média efetiva utilizada foi de 27,7%.

Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL			15.424.366
	IRPJ	CSLL	TOTAL
Alíquotas efetivas estimadas (CPC 21)	20,06%	7,64%	27,7%
Tributos sobre o lucro	3.094.262	1.178.748	4.273.010

16 Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Capital Subscrito	237.370.917	237.370.917	-
Reserva Legal	5.489.504	5.489.504	-
Reserva Especial de Lucros (i)	-	7.776.903	-100,0%
Reserva Estatutária (ii)	58.966.871	58.966.871	-
Lucro Líquido do Período Intermediário	11.151.356	-	100,0%
Outros Resultados Abrangentes	21.653	18.279	18,5%
	313.000.301	309.622.474	1,1%

- (i) Na assembleia de acionistas de março/2022 houve decisão para distribuição integral dos resultados obtidos no exercício de 2021;
- (ii) A AGO de 17 de novembro de 2020 alterou o Estatuto retirando a previsão de constituição de reserva estatutária de margem operacional, sem indicação de sua destinação. O saldo existente foi mantido até a apreciação e deliberação da Assembleia Geral.

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 237.370.917 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta mil e novecentos e dezessete reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, e é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 4.747,42/por ação.

(b) Resultado do 1º semestre de 2021

O resultado do 1º semestre de 2022 foi de R\$ 15.424.366, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, e de R\$ 4.811.424, no 1º semestre de 2021, apresentando um acréscimo de 220,6%. A receita operacional líquida com prestação de serviços aumentou em 3,1%, e o resultado financeiro líquido teve aumento de 321,7%, se comparados com o mesmo período de 2021, decorrente do aumento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 11.151.356 no 1º semestre de 2022 e R\$ 3.461.144 no mesmo período de 2021, apresentando aumento de 222,2% em relação ao período anterior. O lucro por ação foi de R\$ 223,03 (R\$ 69,22 no 1º semestre de 2021).

A seguir a composição dos resultados do período de 03 (três) e 06 (seis) meses, findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Serviços Prestados	10.510.618	10.197.388	5.243.017	5.077.276
(-) Tributos sobre o Faturamento	(1.497.763)	(1.453.128)	(747.130)	(723.512)
Receita Líquida de Serviços	9.012.855	8.744.260	4.495.887	4.353.764
Resultado Financeiro Líquido	15.410.594	3.654.437	8.480.024	2.276.853
RECEITAS TOTAIS	24.423.449	12.398.697	12.975.911	6.630.617
(-) Despesas Operacionais	(8.999.083)	(7.587.273)	(5.027.453)	(4.165.685)
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	15.424.366	4.811.424	7.948.458	2.464.932
IRPJ e CSLL	(4.273.010)	(1.350.280)	(2.201.960)	(691.760)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.151.356	3.461.144	5.746.498	1.773.172

(c) Outros Resultados abrangentes

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em Ativo Não Circulante avaliados a valor justo com reflexo em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

A composição de Outros Resultados Abrangentes do Patrimônio Líquido, posição em 30/06/2022 e 31/12/2021, e as respectivas variações são as que seguem:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	21.653	18.279	18,5%
	21.653	18.279	18,5%

(d) Resultado Abrangente do período

A composição de Outros Resultados Abrangentes do período de 03 (três) e 06 (seis) meses, findos em 30 de junho de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
FGIE – Fundo Gar. de Infraestrutura	3.374	536	1.438	662
	3.374	536	1.438	662

17 Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receita operacional Bruta	10.510.618	10.197.388	5.243.017	5.077.276
SE-CAMEX/ME (FGE)	7.241.305	6.610.233	3.661.821	3.305.116
FGIE	508.398	1.063.744	200.737	510.454
FESR	2.760.915	2.523.411	1.380.459	1.261.706
(-) Deduções da Receita	(1.497.763)	(1.453.128)	(747.130)	(723.512)
COFINS	(798.807)	(775.001)	(398.469)	(385.873)
Pis/Pasep	(173.425)	(168.257)	(86.510)	(83.775)
ISS	(525.531)	(509.870)	(262.151)	(253.864)
Receita operacional Líquida	9.012.855	8.744.260	4.495.887	4.353.764

18 Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para o FGE, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), para o FGIE e para o FESR.

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Custos com Pessoal	5.415.992	4.793.355	3.049.442	2.443.544
Custos administrativos	1.048.311	666.206	685.069	399.513
Gastos alocados aos serviços prestados (i)	6.464.303	5.459.561	3.734.511	2.843.057

(i) A aumento dos custos alocados reflete as despesas de pessoal e administrativas constantes das Notas 20 e 19.

19 Despesas Administrativas por Natureza

O incremento de 7,8% nas despesas administrativas do 1º semestre de 2022 decorre, principalmente, da contratação de novos serviços com terceiros e provisão para contingência trabalhista.

A seguir todos os gastos administrativos da Companhia por natureza, incluindo as despesas e os custos dos serviços prestados.

		Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação % 1º sem 2022/2021	Variação % 2º trim 2022/2021
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021		
Viagens e Representações	(i)	5.976	-	5.976	-	-	-
Serviços de Terceiros	(ii)	270.289	233.337	241.355	226.130	15,8%	6,7%
Ocupação	(iii)	404.551	381.030	204.453	197.745	6,2%	3,4%
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(54.663)	(53.716)	(27.185)	(27.348)	1,8%	-0,6%
Depreciação/amortização		266.061	270.933	132.535	134.426	-1,8%	-1,4%
Despesas Gerais	(v)	564.041	519.114	312.488	330.668	8,7%	-5,5%
Total das despesas administrativas		1.456.255	1.350.698	869.622	861.621	7,8%	0,9%
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (nota 18)		1.048.311	666.206	685.069	399.513	57,4%	71,5%
Despesas Administrativas		407.944	684.492	184.553	462.108	-40,4%	-60,1%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e outras prestações de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.

20 Despesas com Pessoal por Natureza

No 1º semestre de 2022, os gastos totais com pessoal apresentaram aumento de 12,4% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados aumentaram em 16,3% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros reduziram 4,6% em relação ao 1º semestre de 2021.

O aumento das despesas com funcionários decorre, principalmente, da adequação do quadro funcional da Companhia com novas contratações e pelo reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2022, promovidas no primeiro semestre de 2022.

Já o decréscimo verificado nas despesas de diretores e conselheiros no primeiro semestre de 2022, decorre da movimentação com redução e readequação do quadro de conselheiros, ocorrida a partir de abril/2021.

	Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação % 1º sem 2022/2021	Variação % 2º trim 2022/2021
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021		
Empregados:						
Salários, Encargos e Benefícios	5.687.894	4.889.049	3.175.645	2.621.026	16,3%	21,2%
Salários e Ordenados	3.233.911	2.764.732	1.777.291	1.487.220	17,0%	19,5%
Encargos Sociais	1.004.863	907.486	550.689	471.362	10,7%	16,8%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	979.667	800.562	584.211	441.208	22,4%	32,4%
Benefícios Empregados	463.900	410.489	259.081	216.136	13,0%	19,9%
Saúde e Segurança do Trabalho	5.553	5.780	4.373	5.100	-3,9%	-14,3%
Diretoria e Conselhos:						
Honorários, Encargos e Benefícios	1.091.010	1.143.929	552.224	544.689	-4,6%	1,4%
Honorários do Conselho de Administração	106.326	120.597	53.163	44.302	-11,8%	20,0%
Honorários do Conselho Fiscal	62.023	80.235	35.442	39.872	-22,7%	-11,1%
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	159.489	163.564	79.744	79.744	-2,5%	0,0%
Honorários da Diretoria Executiva	489.172	487.524	244.586	242.366	0,3%	0,9%
Encargos Sociais Sobre Honorários	172.679	192.168	87.669	88.585	-10,1%	-1,0%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	54.973	54.973	27.486	27.486	0,0%	0,0%
Benefícios Diretor	46.348	44.868	24.134	22.334	3,3%	8,1%
Total dos gastos com pessoal	6.778.904	6.032.978	3.727.869	3.165.715	12,4%	17,8%
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (NE 18)	5.415.992	4.793.355	3.049.442	2.443.544	13,0%	24,8%
Despesas com pessoal	1.362.912	1.239.623	678.427	722.171	9,9%	-6,1%

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União

(CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea “e”:

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 25,6 mil e R\$ 11,4 mil;
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 46,9 mil e R\$ 43,6 mil;
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 17,1 mil e R\$ 45,3 mil.

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

21 Partes relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

A remuneração dos Diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações.

O teto remuneratório dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é de 20% do valor remuneração média mensal dos diretores.

A aprovação dos valores pagos aos administradores e conselheiros no período de abril/2022 a março/2023 constam da Nota Técnica DIAFI/GAFIN nº 028/2022/O, de 10/02/2022, e contou com a deliberação da Assembleia de Acionista da Companhia.

(c) Reembolso de diretores cedidos

O Diretor Presidente é designado por meio de Termo de Posse, e possui mandato permanente. A Diretora de Garantias é cedida pelo Ministério da Economia.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 17.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

22 Despesas Tributárias

		Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação % 1º sem 2022/2021	Variação % 2º trim 2022/2021
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021		
CIDE	(i)	5.428	5.122	5.428	5.122	6,0%	-87,8%
Impostos e Taxas diversas	(ii)	11.173	16.110	11.173	16.110	3,2%	3,2%
IPTU e Taxas de Incêndio	(iii)	14.266	10.226	14.266	10.226	39,5%	39,5%
PIS/Pasep e COFINS	(iv)	733.057	172.139	399.095	106.891	325,9%	295,8%
Total		763.924	203.597	429.962	138.349	275,2%	210,8%

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre a importação de serviços, operações financeiras em remessas ao exterior de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel Unidade da ABGF em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre operações de seguros de crédito à exportação, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60% respectivamente, e sobre as receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, estabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;

23 Resultado Financeiro Líquido

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5.

O saldo de Juros Ativos representa o acréscimo dos tributos compensados no período, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 148 da Instrução Normativa RFB nº 2055, de 06 de dezembro de 2021.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, e inclui atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos em maio/2022.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

O Resultado Financeiro líquido da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação %	Variação %
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	1º sem 2022/2021	2º trim 2022/2021
Rendimentos de aplicações financeiras	15.569.008	3.591.043	8.496.382	2.236.418	333,6%	279,9%
Juros ativos	195.659	110.855	86.310	62.307	76,5%	38,5%
	15.764.667	3.701.898	8.582.692	2.298.725	325,9%	273,4%
Despesas financeiras	(354.073)	(47.461)	(102.668)	(21.872)	646,0%	369,4%
Resultado Financeiro líquido	15.410.594	3.654.437	8.480.024	2.276.853	321,7%	272,4%

24 Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada com a existência provável de saída de recursos para sua liquidação (CPC 25).

Em 30 de junho de 2022, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas conta a Companhia, sendo sua maioria referente a pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

A Companhia após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

Dentre as ações contra a Companhia estão classificadas como provável e provisionado o valor de R\$ 352,2 mil.

25 Eventos Subsequentes

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis não foi de nosso conhecimento a ocorrência de eventos subsequente que altere significativamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:03332
987801

Octávio Luiz Bromatti
Presidente

Assinado de forma digital por
OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:03332987801
Dados: 2022.08.31 10:14:33
-03'00'

Brasília (DF), 30 de junho de 2022.
HELENA MULIM
VENCESLAU:6579
7930153

Helena Mulim Venceslau
Diretora de Garantias

Assinado de forma digital por
HELENA MULIM
VENCESLAU:65797930153
Dados: 2022.08.30 17:55:52
-03'00'

LUIZ CARLOS E
SILVA:26704196153

Luiz Carlos e Silva
Contador
CRC DF 013.783/O-8

Assinado de forma digital por LUIZ
CARLOS E SILVA:26704196153
Dados: 2022.08.02 11:12:20 -03'00'